

O ataque conservador a força de trabalho docente¹

The conservative attack on the teaching workforce

El ataque conservador a la fuerza de trabajo docente

Maria Dilnéia Espíndola Fernandes²

Citação: FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. O ataque conservador a força de trabalho docente. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 19, e99267. Outubro de 2025.



<http://10.5380/jpe.v19i1.99267>

Resumo: O artigo desvela o caso brasileiro, no contexto de hegemonia do neoliberalismo, quando o capital financeiro se sobrepôs ao capital produtivo e o pensamento conservador acirrou a sua disputa, contrapondo-se às políticas educacionais implementadas entre os anos de 2003 e 2015. Trabalhou-se com a legislação educacional, programas de governo e material da imprensa. A política educacional de 2003 a 2015 logrou ampliação de direitos a setores da população e aos professores. Foi contra essa ampliação que o pensamento conservador se insurgiu, ainda antes de se tornar governo, seja por meio de golpe de Estado, ou por eleição direta. O ataque do pensamento ultraconservador à educação iniciou em 2003 e aprofundou-se no contexto de construção e aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Quando tais forças sociais chegaram ao poder de Estado, intentaram transformar o objeto de disputa em políticas nos campos econômico e educacional. No campo econômico, o embate expressou-se em retiradas de direitos, por meio de contrarreformas. No campo educacional, pelo plano moral e intelectual. O alvo principal dos ataques foi a força de trabalho docente.

Palavras-chave: Política educacional; Neoliberalismo; Pensamento conservador na educação

¹ Se esclarece que não há discordância com o neologismo neoconservadorismo (Corsetti, 2019, Costa et. al., 2021). A opção teórica aqui foi utilizar o conceito de conservador quando: “Mediante uma política constitucional que opera segundo o padrão na natureza, recebemos, conservamos e transmitimos nossas propriedades e nossas vidas. Recebemos e legamos aos outros as instituições políticas no mesmo rumo e ordem que os bens da fortuna e as dádivas da Providência”. (Burke, 2014, p. 55). Esta formulação está citada por Souza, (2016), quando analisa o pensamento de Edmund Burke, que figura como a principal matriz ideológica do “conservadorismo tanto clássico, quanto contemporâneo [e que] renuncia aos modernos ideais de democracia e justiça social, tomando-os como niveladores sociais”. (Souza, 2016, p. 364).

² Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5218-8541>. E-mail: mdilneia@uol.com.br

Abstract: The paper addresses the Brazilian case within the hegemony of neoliberalism, when financial capital prevailed over productive capital and conservative thought intensified its dispute, opposing the educational policies implemented between 2003 and 2015. The documents consulted were educational legislation, government programs and press material. The educational policy from 2003 to 2015 succeeded in expanding rights for segments of the population and for teachers. It was against such expansion that conservative thought opposed, even before taking office, whether through a coup d'état or direct election. The ultraconservative attack on education began in 2003 and increased during the development and approval of the National Education Plan 2014-2024. When these social forces took office, they attempted to transform the object of dispute into policies both in the economic and the educational fields. In the economic field, the dispute was expressed in the withdrawal of rights, through counter-reforms. In the educational field, on moral and intellectual grounds. The main target of the attacks was the teaching staff.

Keywords: Education policy; Neoliberalism; Conservative thought in education.

Resumen: El artículo desvenda el caso brasileiro, en el contexto de la hegemonía del neoliberalismo, cuando el capital financiero se sobrepone al capital productivo y el pensamiento conservador aumentó su disputa, contraponiéndose a las políticas educacionales implementadas entre los años de 2003 a 2015. Se trabajó con la legislación educacional, programas de gobierno y material da la prensa. La política educacional de 2003 a 2015 logró la ampliación de derechos a sectores de la población y los profesores. Fue contra esa ampliación que el pensamiento conservador se insurgió, aún antes de constituirse como gobierno, sea por medio de golpe de Estado, o por elección directa. El ataque del pensamiento ultraconservador a la educación se inició en 2003 y se profundizó en el contexto de construcción y aprobación del Plano Nacional de Educación 2014-2024. Cuando tales fuerzas sociales llegaron al poder del Estado, intentaron transformar el objeto de disputa en políticas públicas en los campos económico y educacional. En el campo económico, el embate se expresó en retiradas de derechos, mediante contrarreformas. Em el campo educacional, por el plano moral e intelectual. E albo principal de los ataques fue la fuerza de trabajo docente.

Palabras clave: Política educacional; Neoliberalismo; Pensamiento conservador em la educación.

Introdução

O neoliberalismo enquanto projeto econômico, político, social e cultural, ao ser assumido como programa de governo em diferentes países e contextos, resulta em práticas que nem sempre são fiéis a teoria que o fundamenta (Harvey, 2008). Apesar disso, em tais práticas governamentais, observa-se o ataque a classe trabalhadora por meio de supressão de direitos, pelo declínio dos salários e pela desqualificação do saber.

A assunção da doutrina neoliberal enquanto programa de governo foi possível com o aprofundamento da crise do capital em contexto da emergência de uma reestruturação produtiva provocada pelas inovações tecnológicas que operaram profundas alterações na divisão internacional do trabalho e culminaram com o advento do Estado Neoliberal. Responde, portanto, a etapa de acumulação em que o capital produtivo está subordinado ao capital financeiro.

No caso brasileiro o neoliberalismo adentrou a sociedade enquanto programa de governo com a eleição de Collor de Mello em 1989. Seus sucessores mostraram que o neoliberalismo se consolidava no país enquanto alternativa ao projeto do Estado Desenvolvimentista operado entre 1930 e 1985 que foi “forte no processo de industrialização e autoritário no desenvolvimento social” (Fiori, 2003, p. 121).

Nesta conjuntura o projeto neoliberal avançou no ajuste estrutural econômico e cada vez mais liderou o desmonte dos direitos de toda ordem, promulgados na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). As contradições e rupturas engendradas no processo de sociabilidade teceram uma conjuntura política de colocar o país sob um outro programa de governo, aquele que saíra derrotado em 1989, embora revisado em muitas nuances, em razão das próprias transformações operadas no partido, nos partidos políticos aliados, no seio da sociedade e de experiências acumuladas em subunidades nacionais por administrações que objetivariam maior justiça social.

Os 14 anos de governo sob a liderança política do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal intentou a construção de uma outra concepção de Estado. Entraria em cena o Estado Neodesenvolvimentista, cujo projeto seria o de ampliar direitos por meio de políticas sociais e de redistribuição de renda (Oliva, 2010). Em larga medida, esta concepção desenvolvida foi responsável, entre outras, por ampliação de justiça social, desconcentração de renda, aumento de poder de consumo e da inclusão de setores populacionais a um padrão mínimo de consumo, retirando milhares de pessoas do mapa da fome. Seu curso ficou inconcluso, se encerrando antes ainda do processo de impedimento sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff, sem comprovação de responsabilidades, evidenciando “uma polarização política, mas, sobretudo, um contexto de crise e contínua ascensão conservadora”. (Silva; Reis, 2020, p. 65).

Mas foi, sobretudo, o contexto de ampliação de direitos sociais, culturais, políticos e econômicos em breve tempo, que fez com que o neoliberalismo aprofundasse, por meio de grupos identificados com projetos da extrema direita e direita, sua faceta conservadora e reacionária direcionada aos costumes no país.

Assim, se criaram as condições de unificar a ultra liberação econômica ao conservadorismo nos costumes. Tal embate se iniciou logo após a primeira eleição do Presidente Lula da Silva, trazendo para o centro do debate conjuntural, a pauta anticorrupção, quando: “A convivência entre moralismo, despolitização e partidarismo é um deles. [...] argumentos éticos e morais se tornou característica das relações entre a grande imprensa e o PT depois de 2002”. (Biroli; Mantovani, 2014, p. 206).

Nessa conjuntura a disputa no setor educacional se aprofundou dado que a educação é também responsável pela formação no plano cultural e moral. Assim a disputa por projetos antagônicos de sociedade e educação foram sendo concebidos, e as inovações tecnológicas disponibilizadas no conjunto social, – de forma muito desigual, – como a

internet e as plataformas de capital decorrentes dela, contribuíram para a disseminação de um ideário cada vez mais conservador e despolitizado das questões educacionais.

Foi neste contexto que foram ganhando notoriedade e apoio de setores da população, proposições da extrema direita para o campo educacional como o do movimento Escola sem Partido (EsP), idealizado no Brasil por Miguel Nagib ainda em 2004, que se propõe a combater a suposta ideologia de gênero na educação, mas, sobretudo, ataca a autonomia do trabalho do professor e o desqualifica do saber acadêmico. (Fernandes, 2017). Tal ideário, ganhou corações e mentes dos conservadores, dos avisados e dos desavisados e sua defesa por candidaturas ao parlamento em todos os níveis da federação contribuiu significativamente para eleger muitos dos seus defensores que o transformaram em projeto de lei nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas e no congresso nacional. (Fernandes, 2017). Este ideário, somado as escolas cívico-militares e ao ensino domiciliar, foram assumidos pelo governo Jair Bolsonaro a partir de 2018, enquanto seus principais projetos para o setor educacional. Pontua-se que todos eles, foram projetos que se colocaram em curso para fazer a disputa com a construção do PNE 2014-2024, e objetivaram, entre outros cerceamentos de direitos, atacar o trabalho docente no plano moral e intelectual.

Este texto busca, passado o breve tempo de pós-golpe jurídico-midiático-parlamentar e o governo de extrema direita de Jair Messias Bolsonaro, localizar o debate em torno da pauta educacional deste projeto, mas sobretudo, demonstrar que a emergência deste embate/debate esteve sendo construído ao longo dos governos do PT enquanto disputa por um projeto de sociedade nos campos moral e intelectual.

Este embate/disputa nos campos moral e intelectual se associou ao pensamento neoliberal que é conservador e moralista e foi direcionado, sobretudo, as condições objetivas e subjetivas da reprodução da força de trabalho docente que, durante os governos do PT em acirradas contendas federativas – entre União, estados e municípios, logrou ampliação de direitos e melhores condições materiais de existências³. Portanto, o centro do ataque da extrema direita no campo educacional foi sobretudo, o ataque as/os

³ Não se desconhece que a escola pública, bem como a universidade pública no Brasil, tem sofrido ataques ao longo de sua história, seja para desqualificá-las enquanto projeto de sociedade, instituição ou sua força de trabalho, porque são campos em disputa. Vários campos de conhecimento em suas produções têm cuidado deste registro. O que se reforça aqui, é a ofensiva deste ataque que é dirigido as forças políticas que ascendem ao Poder Executivo a partir de 2003, por meio de eleições democráticas. Para tanto ver: Fernandes (1975). Cunha, (2007). Machado; Toledo (2017).

professores das redes públicas de ensino, tanto a escola de educação básica quanto as universidades.

O projeto educacional hodierno da extrema direita para o Brasil: gênese, trajetória e consequências

Ao abordar a educação em seu Programa de Governo intitulado: “Brasil Acima de Todos, Deus Acima de Tudo – O Caminho da Prosperidade” (Brasil, 2018) em 2018, Jair Bolsonaro apresentou os temas da educação e saúde em conjunto. O documento elencou dados de forma panorâmica e reforçou seu discurso de campanha que a educação pública brasileira tem sido o espaço por excelência da doutrinação ideológica de gerações de crianças e jovens. Taxativamente as afirmações presentes no documento se preocupam em reiterar e reafirmar o mal que assola a educação que foi assaltada pela doutrinação ideológica. Assim o rol de propostas apresentadas constrói uma semântica de que é preciso primeiro criticar e negar o que há, para depois reafirmar e reiterar o que de novo precisa ser feito para acabar com a doutrinação ideológica, coerente com o discurso do presidente eleito quando disse que: “O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa”. (Valor Econômico, 2019, p. 01). Assim:

Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas. [...] Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação. (Brasil, 2018).

Tais propostas, entre outras apresentadas, em um documento como se fosse uma espécie de PowerPoint, se caracteriza muito mais como um rol de intenções do que de fato um programa de governo para a educação. Pontua-se que tais propostas assumidas no programa de governo de Jair Bolsonaro para a educação foram aquelas que se apresentaram em sua campanha de forma histriônica, que ganharam as redes sociais em forma de simulacro, com vistas a combater as políticas educativas de inclusão, de alargamento da democracia no contexto institucional e de negação do Plano Nacional de

Educação que fora aprovado em 2014, pela Lei 13.005 (Brasil, 2014), sem veto pela Presidenta Dilma Rousseff e que teve como objetivo, entre outros, ampliar o acesso e o financiamento para a educação. Entre *kit gay* e *mamadeira erótica* durante a campanha presidencial de 2018 e a *fake news* sobre *banheiro unissex* nas escolas públicas, depois da eleição em 2022 do Presidente Lula da Silva, assim tem se movimentado a extrema direita brasileira. Sobre este contexto e a cibercultura:

Também atribuídas a Fernando Haddad, o texto mentiroso discorria sobre a criação de um *kit gay* para crianças de 6 anos. O chamado kit gay fazia parte do projeto Escola sem Homofobia, que, por sua vez, estava no programa Brasil sem Homofobia, do governo federal, em 2004. Ele era voltado à formação de educadores, e não tinha previsão de distribuição do material para alunos. [...] Os vídeos sobre o assunto ainda circulam em páginas oficiais de Jair Bolsonaro, com cerca de 314,5 mil visualizações distribuídas em nove publicações, e de apoiadores como Silas Malafaia, com 50 mil. (Vilela; Libardi, 2023, p. 8).

O Brasil, enquanto república federativa, fez uma opção histórica de descentralização de políticas educacionais que foi intensificada por dispositivos constitucionais e infraconstitucional para a educação básica e a colocou sob competência e responsabilidade de estados e municípios. Esta opção reproduz também na educação as desigualdades e assimetrias regionais quando as políticas educacionais assumiriam uma coordenação federativa objetivando reduzir tal situação. Portanto:

Diferentemente das *fake news* sobre banheiros unissex, instrumentalizadas pela extrema direita para criar um clima de pânico moral, escolas sem banheiro são um problema concreto no Brasil. Segundo o Censo Escolar divulgado este ano pelo Inep, havia em 2021 no país 3,7 mil colégios públicos sem nenhum banheiro. Estudavam nessas escolas 608 mil alunos, a maioria deles (67%) em estados do Nordeste. O problema se agravou durante a pandemia: em 2019, havia 3,6 mil escolas nessa situação (2,4% do total); em 2020, eram 4,3 mil (3,5% do total, proporção que se manteve em 2021). (Mazza; Pilar, 2022, p. 01).

A política educacional do governo de Jair Bolsonaro foi herdeira das contrarreformas do governo de Michel Temer (2016 a 2019), cuja aprovação da Emenda

Constitucional n. 95/2016⁴ (Brasil, 2016) se não atacou a educação por meio da acusação de doutrinação, atacou por meio da contrarreforma moralista e conservadora da economia ao instituir a austeridade fiscal mediante congelamento dos gastos públicos. O ataque foi também na desqualificação do saber e da (des)profissionalização docente com a contrarreforma do ensino médio instituído por medida provisória e aprovada pela Lei n. 13.415/2017 (Brasil, 2017a).

Vale ressaltar que o governo de Michel Temer aprofundou, por meio de contrarreformas, o projeto de ajuste estrutural do neoliberalismo. Foram dois anos, somados a gestão do governo Bolsonaro, cujo resultado pode ser observado e que:

As ações de retirada de direitos dos trabalhadores e de desmonte da estrutura estatal, incontáveis no período Temer, foram aprofundadas na gestão de Jair Bolsonaro, que ficou responsável, inclusive, pela independência do Banco Central, [...] são nove milhões de desempregados, quatro milhões de desalentados, cinco milhões de subocupados por insuficiência de horas, 35 milhões de trabalhadores sem proteção social e sem perspectiva de ter renda/aposentadoria na velhice, 10 milhões de pessoas morando em áreas de risco, 100 milhões sem coleta de esgoto, déficit de seis milhões de moradias e de cinco milhões de vagas em creches. (DIEESE, 2023, p. 01-02).

A crise em curso foi aprofundada pela pandemia Covid 19 e a gestão da mesma pelo governo Bolsonaro que tentou, entre outras medidas, ao não assumir regras de segurança sanitária, econômicas e sociais para a proteção da população, retirar dos entes federativos seus poderes de exercer gestões frente ao colapso pandêmico. Foi preciso que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), recorresse ao Supremo Tribunal Federal, argumentando, entre outras que:

Ações irresponsáveis e contrárias aos protocolos de saúde aprovados pela comunidade científica e aplicados pelos Chefes de Estado em todo mundo [e que] afirma que o Presidente da República, em especial, tornou-se um 'agente agravador da crise. (Brasil, 2020c, p. 01).

⁴ No governo de Michel Temer se aprovou ainda uma reforma trabalhista por meio da Lei n. 13.467/2017 (Brasil, 2017b). Entre outros desmontes de direitos, estão: trabalho intermitente, alteração de jornada de trabalho, fim da contribuição sindical (facultativa aos trabalhadores) e o trabalho em condições insalubres das gestantes e lactantes. (Brasil, 2017b). A intenção de aprovar uma contrarreforma da previdência se efetivou no governo Bolsonaro pela aprovação da Emenda Constitucional n. 103/2019. (Brasil, 2019a).

Tal decisão permitiu, à revelia do Presidente da República, que prefeitos e governadores pudessem minimamente atuar no contexto da pandemia com medidas sanitárias, distanciamento físico entre as pessoas e fechamento de locais públicos. Assim: “O Brasil foi o país que manteve a pré-escola e o ensino fundamental sem aulas presenciais por mais tempo durante a pandemia em 2020 [...] Foram 178 dias com as escolas fechadas”. (Ramos, 2021, p. 01).

O programa educacional do período pós golpe de Estado jurídico-midiático-parlamentar e de seu sucessor Jair Bolsonaro, pode ser observado, primeiro, pelo profundo corte orçamentário na educação e pela contrarreforma aprovada com vistas a formação de um novo *ethos* para a classe trabalhadora por meio de um currículo minimalista que objetivou a formação de uma cidadania para aprender a conviver com o trabalho precário quando existir, e para a individualização de sucessos e fracassos, e segundo, durante o governo Bolsonaro, por meio dos programas educacionais, o acirramento da disputa político ideológica, tomando a educação como palco privilegiado desse embate.

Assim neste período, as propostas educacionais se concentraram em quatro eixos basilares. Três deles voltados a educação básica, a saber, Escola sem Partido, Escolas Cívico-Militares, Ensino Domiciliar (*homeschooling*), e para a educação superior, o Projeto Future-se⁵. Estiveram alinhados pelo combate a escola e a universidade públicas por meio da acusação de que estas instituições e seus professores doutrinariam as gerações, e o expurgo do pensamento de Paulo Freire enquanto “ideologia freiriana” (Silva; Reis, 2020, p. 13).

Pontua-se que a pauta educacional assumida pelo governo, enquanto formulações de sua base de apoio, contém as propostas da extrema direita mundial com faceta brasileira, na disputa por um projeto de sociedade. Compunham, portanto, um ideário que já estava presente na sociedade brasileira, seja pela assunção da extrema direita e da direita do país expressa na candidatura de Bolsonaro, ou porque já eram políticas que vinham se materializando por governos estaduais, como foi o caso das escolas cívico-militares. (Alves; Ferreira, 2020).

No caso do programa do Movimento Escola Sem Partido (EsP), esta é a configuração singular brasileira, para combater na sociedade e na escola, a suposta

⁵ Não será objeto deste artigo, dado o limite de páginas, a discussão sobre o Projeto Future-se. Apenas se menciona em razão do conjunto de intenções deste governo.

ideologia de gênero, cujo nascedouro foi a “Conferência Episcopal Peruana, em 1998. Trata-se de um trabalho organizado e fundamentado que questiona a ‘nova perspectiva de gênero’, advinda da IV Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas sobre a Mulher”. (Dall’Onder, 2020, p. 68). Assim: “[...] O sintagma ‘ideologia de gênero’ se amplia para além da esfera de atuação da Igreja Católica e se coaduna com o projeto voltado à pauta dos costumes, espalhando-se no senso comum de forma rasteira”. (Dall’Onder, 2020, p. 71).

Articulado ao movimento mundial de combate a pautas de liberdades defendidas pela democracia e pelo Estado Democrático de Direito Social e da justiça social, Miguel Nagib⁶, advogado e militante do Instituto Millenium, criou o EsP em 2004, enquanto uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (Dall’Onder, 2020, p. 96). A proposta foi ganhando adeptos de setores evangélicos neopentecostais, mas, sobretudo: “Chama a atenção também a imensa rede de apoio que o movimento conseguiu tecer, muito amparada pela atuação sistemática de parlamentares das chamadas bancadas religiosas, principalmente”. (Queiroz; Oliveira, 2018, p.35).

A agenda do EsP está fortemente fomentada também pelo chamado “Marxismo Cultural”, ideologia propagada por Olavo de Carvalho, ainda que este não tenha se posicionado a favor do EsP, mas que acreditava e difundia que a educação estaria dominada pelos marxistas (Costa, et. al., 2021). Neste contexto: “O jargão (Marxismo Cultural), refere-se a uma teoria forjada por intelectuais conservadores estadunidenses na década de 1980 e trazida ao público no começo dos anos 1990”. (Da Silva; Sugamoto; Araujo, 2021, p. 182).

Por tudo isso, e por ocasião de um novo Plano Nacional de Educação a escola e a universidade pública, se tornaram os principais espaços de luta no campo político-ideológico e tal narrativa fomenta

movimentos como o Escola Sem Partido, que incentiva alunos a denunciarem seus professores por ‘doutrinação ideológica’. Seu apelo torna-se mais intenso em um momento de crise do modo liberal de organizar a política. (Da Silva; Sugamoto; Araujo, 2021, p. 214).

⁶ Miguel Nagib deixa a coordenação do movimento em 2018, “dizendo-se insatisfeito com o pouco caso que o governo bolsonarista teria feito de suas ideias. [...] Disse que a partir de agora a causa à qual ele se dedica é escrever um livro sobre ‘tudo isso que se passou’”. (Moura; Silva, 2020, p. 25-26).

Ainda que o EsP não tenha especificamente um projeto para a universidade como tem para a escola de educação básica, sua narrativa alcança as universidades com vistas a estabelecer um pânico moral contra a sociedade acadêmica onde o marxismo cultural exerceria a doutrinação ideológica por meio dos professores, quando, na verdade,

ressuscitam o discurso sobre a necessidade de enfrentar o ativismo político, a luta contra o comunismo e o antagonismo às minorias, curiosamente num país que nunca teve um governo comunista, ou mesmo esteve sob a ameaça efetiva se sua implantação. (Corsetti, 2019, p. 776-777).

Ao disputar a política educacional no seio da sociedade, o EsP adentrou ao parlamento em todas as esferas federativas, cuja incidência maior foi no momento das disputas pela aprovação dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação. Ainda que o projeto do EsP tenha sido julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Brasil, 2020a), em 2020, neste mesmo ano, somavam 213 projetos, ainda que alguns deles incompletos que haviam sido apresentados no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, segundo Moura e Silva, (2020).

Dessa disputa por um projeto de sociedade e de educação, todo o alinhamento educacional por meio de seu planejamento em contexto federativo, saiu mutilado, pois a “retórica da ‘ideologia de gênero’ manteve-se atuante e, em função das reivindicações da bancada evangélica no Congresso Nacional, o PNE 2014-2024 não incluiu qualquer menção a gênero e sexualidade” (Guizzo, 2022, p. 12). Situação que se reproduziu nos planos estaduais e municipais de educação.

Outra proposta educacional assumida pelo mesmo governo, o ensino domiciliar (*homeschooling*), tanto quanto o EsP, aponta muito mais na direção de polemizar a sociedade em torno de projetos que intentam questionar o legado educacional brasileiro da Constituição Federal de 1988 e da legislação infraconstitucional. Enquanto o programa do EsP foi julgado como inconstitucional, o ensino domiciliar, durante a pandemia, quando as escolas fecharam e professores e alunos entraram em trabalho remoto emergencial em condições de extrema desigualdade por todo o país – desde as condições de acesso à internet, de equipamentos tecnológicos e de instruções e normativas bastante diferenciadas pelos múltiplos sistemas de ensino, esta perspectiva de ensino logrou apelo por setores sociais vinculados a extrema direita no campo político-ideológico e religioso.

Seu legado também tem origem estadunidense, primeiro pelo pensamento alternativo de questionamento ao ensino tradicional e defesa da desescolarização⁷, mas depois, defendido e ressignificado por grupos “neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e, por fim, a nova classe média de gerentes e profissionais qualificados, com vistas a modernização conservadora na educação”. (Corsetti, 2019, p. 778). No Brasil, assim como nos Estados Unidos, ainda que estes grupos tenham distinções entre si, estão unidos

frente às razões que são apresentadas pelos neoliberais e neoconservadores para afirmar a existência de uma crise na educação que são por eles enfrentadas com a proposição de um conjunto de reformas marcadas por uma racionalidade economicista e neotecnista. (Corsetti, 2019, p. 779).

Nesse contexto, é visível mediante visitas aos sítios⁸ na internet, que muito mais que a defesa de uma outra educação por meio do ensino domiciliar, se trata de um grande e promissor negócio, por meio de cobrança de mensalidades, venda de materiais didáticos, paradidáticos, tecnologias, assessoramentos e formação de professores no sentido de incrementar tal modelo educativo.

O Ensino Domiciliar foi aprovado pelo Projeto de Lei n. 1.338/2022⁹ na Câmara dos Deputados, e encontra-se em trâmite no Senado Federal, dado que o STF declarou sua constitucionalidade, desde que regulamentado por Lei Federal. Segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED)¹⁰ em 2024, existem 35 mil famílias no Brasil praticando este ensino e está presente nas 27 unidades da federação (ANED, 2024).

A “interminável reforma educacional neoliberal sempre em busca de um sistema de educação ideal que nunca funciona e está sempre dependente de novas reformas” (Freitas, 2018, p. 36), insere mais um projeto de educação que também foi assumido pelo governo Bolsonaro, o Programa das Escolas Cívico-Militares (Pecim), instituídas por meio

⁷ Trata-se de John Holt (1923-1985), educador norte-americano.

⁸ Exemplos de alguns sítios da internet que propagam e vendem o ensino domiciliar: ED BRASIL Materiais Didáticos. Disponível em: < <https://edbrasil.org/material-didatico-para-homeschooling/> >. Acesso em: 02 mai. 2024; SAM-HS Sistema Ave Maria HomeScholl. Disponível em: < <https://www.homeschoolavemaria.com.br/> >. Acesso em: 02 mai. 2024; S.E.E.D - Suporte Essencial de Educação Domiciliar. Disponível em: < <https://www.somosseed.com.br/> >. Acesso em 02 mai. 2024.

⁹ Iniciativa do Deputado Federal Lincoln Portela, Partido Liberal, (MG). Está sob relatoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, do Partido União Brasil (TO).

¹⁰ Soma-se a ANED, de acordo com seu sítio, enquanto associado a ela, a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE) “com o objetivo de se apoiarem em pautas comuns, como a valorização da família e o cuidado com a educação infanto-juvenil”. (ANED, 2024).

do Decreto n. 10.004/2019 (Brasil, 2019b), cuja apresentação pelo MEC à época constatava que:

Conforme critérios de seleção estipulados pelo MEC, foram escolhidas 40 escolas estaduais e 14 escolas municipais. O modelo será implementado em parceria com o Ministério da Defesa, que já está selecionando e capacitando os militares da reserva das Forças Armadas que vão atuar na gestão educacional das instituições. Em 2020, o MEC destinará R\$ 54 milhões para levar a gestão de excelência cívico-militar para 54 escolas, sendo R\$ 1 milhão por instituição de ensino. São dois modelos. Em um, de disponibilização de pessoal, o MEC repassará R\$ 28 milhões para o Ministério da Defesa arcar com os pagamentos dos militares da reserva das Forças Armadas. Os outros R\$ 26 milhões vão para o governo local aplicar nas infraestruturas das unidades com materiais escolares e pequenas reformas — nestas escolas, atuarão policiais e bombeiros militares. (Brasil, 2020b, p. 01).

Assim a única proposta educacional assumida pelo governo Bolsonaro que pode ser ao menos decretada, foi revogada em 2023, pelo Decreto n. 11.611, no governo de Lula da Silva. Ainda assim, a disputa político-ideológica por projetos de sociedade e educação continuam persistentes e latentes na sociedade brasileira. Em República Federativa que guarda autonomia relativa e relações de interdependência, governos estaduais tem resistido a revogação do Pecim e insistido em sua permanência em vários estados da federação como é o caso dos estados da Bahia¹¹, Goiás, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal. (Xavier, 2023).

Certamente a revogação do programa pelo governo federal significa seu desfinanciamento, o que causa sensível oneração aos governos locais. Cabe lembrar que as experiências que já vinham em curso antes da assunção pelo governo Bolsonaro de tais escolas, não possuíam financiamento por parte da União. Estas iniciativas vinham/são financiadas por cada governo local com orçamento para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), ainda que, como no caso de Goiás, os pais sejam chamados a contribuir de forma voluntária com o financiamento da escola. (Alves; Ferreira, 2020).

Há algo a mais presente em tal política educacional que materializa este tipo de escola, que é o de como lidar com a violência que está na escola, mas que não é da escola,

¹¹ Chama a atenção o estado da Bahia pois: “Até 2022, somente no estado da Bahia, em 98 escolas foram implementadas o método de ensino dos Colégios de Polícia Militar (CPM). [...] Segundo o sistema CPM, em 2020, cerca de 50 mil estudantes baianas (os) com idade entre 11 e 14 anos estavam em escolas de gestão compartilhada [...]. A matéria Metodologia Disciplinar de Ensino (MDE) foi criada especialmente para estas instituições com inclusão e conteúdo de instrução militar e é ministrada por PMs da reserva remunerada que integram a equipe disciplinar de cada escola”. (ADUFS, 2023, p. 01).

e de como lidar com a violência que é da escola (Cury, 2020). A violência produzida pela sociedade se espalha em todas as dimensões da sociabilidade. Não há espaço da vida pública ou privada que não esteja sob ameaça, na sociedade que sustenta e autoproclama a iniciativa privada como seu princípio mais caro de existência. O grau de acumulação que tem permitido a magnitude de apropriação em cada formação social, seja de forma privada enquanto riqueza individual e familiar ou quando a produção está direcionada aos bens sociais – como é o caso de políticas públicas, - varia sobremaneira entre os países e são construídas por um desenvolvimento desigual e combinado. Sobre a propriedade privada:

O primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinios, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, houvesse gritado aos seus semelhantes: 'Evitai ouvir esse impostor'. (Rousseau, 2005, p. 203).

O grau de acumulação e concentração de riqueza alcançado em tempos de hegemonia do capital financeiro sob o capital produtivo no neoliberalismo, aprofunda a crise societária com o aumento de processos de exclusão social. A escola, enquanto instituição desta sociedade é sempre refratária deste modelo. Para isso se exige que o combate à violência construída pela sociedade, coloque a escola sob a violência destas mesmas forças que irão atacá-la por processos de controle e de punição. Tais processos são evidenciados no modelo de gestão da escola – os professores não dão conta de controlá-la, dizem! Mas as forças do aparelho repressivo do Estado sim! Esta é a lógica de uma política educacional fundada não mais no consenso social e sim em processos de coerção. Quanto mais vulnerável a população da escola e de seu entorno, mais se acredita que este tipo de política seria a solução. Esta foi a premissa do Pecim enquanto programa nacional e das experiências anteriores em estados e municípios que se anteciparam ao governo federal na implantação de escolas militarizadas e ou cívico-militares. No caso do estado de Goiás, a solução das escolas cívico-militares tentou responder também, de como, por um outro modelo de escola, se desencorajaria professores a lutarem por seus direitos. (Alves; Ferreira, 2020).

Considerações finais

O texto objetivou desvelar de como, a expressão do pensamento conservador foi traduzida em propostas para a educação que se colocaram em curso ainda em disputa durante a construção do PNE 2014-2024. Assim, tais propostas foram gestadas e disputadas para se contrapor a política educacional construída entre os anos de 2003 e 2015. A intenção foi combater as políticas educacionais dos 14 anos dos governos sobre a liderança do PT que promoveram inclusão de setores populacionais tanto à escola de educação básica quanto a universidade.

No pós-golpe de Estado jurídico-parlamentar-midiático que afastou do poder de Estado, a Presidenta Dilma Rousseff sem comprovação de crime de responsabilidade e legitimamente eleita, a disputa foi acirrada e intensificada tanto pelo desmonte promovido pelo governo Temer ao aprovar contrarreformas para o setor, quanto assumido como pauta do Programa de Jair Bolsonaro, vitorioso na eleição presidencial de 2018.

Nesse contexto, e durante o governo Bolsonaro, o ataque se intensifica pelo plano moral e intelectual e o pensamento conservador elegeu o professor como o principal sujeito a ser combatido neste campo, tanto no que tange a sua reprodução pelos direitos antes conquistados, quanto pela desqualificação de seu saber e pela negação da ciência que é alçada a condição de doutrinação ideológica.

A materialidade de projetos societários na conjuntura brasileira do início do século XXI até a atualidade, se desenvolvem numa etapa, não só de aprofundamento, mas, sobretudo, do amadurecimento tanto do neoliberalismo quanto da agudização das crises provocados por este projeto.

Para o neoliberalismo são centrais a propriedade privada e o indivíduo, e neste sentido, o amálgama do ultraliberalismo econômico e conservadorismo, sustentam a hegemonia da financeirização. É um projeto de exclusão de forças sociais de toda ordem que necessitam da esfera pública para a sobrevivência. Este projeto ameaça e põem sob suspeita qualquer contestação ao seu domínio na atual etapa de acumulação capitalista.

Referências

ALVES, Miriam Fábila.; FERREIRA, Neusa Sousa Rego. O processo de militarização de uma escola estadual pública em Goiás. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, p. 01-12, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/Z3X4pvpXqc4kGq6vnQbv6ts/?lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (ADUFS). **Notícias**. Processo de militarização nas escolas é um grave dano para a educação brasileira que não se encerra com o fim das escolas cívico-militares. 20-07-2023. Disponível em: < <https://www.adufsb.org.br/noticia/5577/processo-de-militarizacao-nas-escolas-e-um-grave-dano-para-a-educacao-brasileira-que-nao-se-encerra-com-o-fim-das-escolas-civico-militares> >. Acesso em: 24 jul. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR (ANED). **Educação domiciliar em números**. Brasília, 2024. Disponível em: < <https://aned.org.br/> >. Acesso em: 03 mai. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal, Brasília, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm >. Acesso em: 25 mai. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm >. Acesso em: 24 mai. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Brasília, 2017a. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm >. Acesso em: 24 mai. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, 2017b. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm >. Acesso em: 24 mai. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Eleitoral. **Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos**. O Caminho da Prosperidade. Proposta de Plano de Governo. Bolsonaro 2018. Brasília, 2018. Disponível em: < https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf >. Acesso em: 23 mai. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, 2019a. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm#art36 >> Acesso em: 24 mai. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, 2019b.

Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-10004-5-setembro-2019-789086-norma-pe.html> >. Acesso em: 03 mai. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Julgadas inconstitucionais leis sobre Escola Livre e proibição de ensino de sexualidade**. Brasília, 2020a. Disponível em: < <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=450392&ori=1> >. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saiba quais são as 54 escolas que receberão o modelo cívico-militar do MEC**. Brasília, 2020b. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/85831-saiba-quais-sao-as-54-escolas-que-receberao-o-modelo-civico-militar-do-mec> >. Acesso em: 03 mai. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental 672**. Distrito Federal. Decisão. Ministro Alexandre de Moraes. Brasília, 08 de abril de 2020c. Disponível em: < <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF672liminar.pdf> >. Acesso em: 24 mai. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 1338, de 2022**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. Brasília, 2022. Disponível em: < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153194> >. Acesso em: 03 mai. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 11.611, de 19 de julho de 2023**. Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, 2023. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2023/decreto-11611-19-julho-2023-794456-norma-pe.html> >. Acesso em: 03 mai. 2023.

BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do "mensalão". **Opinião Pública**, v. 20, n. 2, p. 204–218, ago. 2014.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.

CORSETTI, Berenice. Neoconservadorismo e Políticas Educacionais no Brasil. **Educação Unisinos**, v. 23, n. 4, p. 774-784, out./dez. 2019. Disponível em: < <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.234.11> >. Acesso em: 19 out. 2025.

COSTA, Lucas Carneiro.; FELÍCIO, Caroline Duailibi.; COSTA Francis Dávila Souza.; AZEVEDO, Débora Rezende do Carmo. As propostas “bolsolavistas” para a educação brasileira. **Germinar: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 3, p. 275-305, dez. 2021. Disponível em: < <https://periodicos.ufba.br> >. Acesso em: 04 jun. 2025.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 168–200, set. 2002. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4g8q4LLXBcnxRcxD/abstract/?lang=pt> >. Acesso em: 28 jun. 2025.

DA SILVA, Wellington Teodoro.; SUGAMOSTO, Alexandre.; ARAUJO, Uriel Irigaray. O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. **Cult. relig.**, Iquique, v. 15, n. 1, p. 180-222, jun. 2021. Disponível em: < https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-47272021000100180&script=sci_abstract >. Acesso em: 19 set. 2025.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Boletim de Conjuntura**. Os difíceis primeiros 100 dias de governo e as perspectivas para os próximos anos. N. 38, abr./ mai. 2023. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2023/boletimconjuntura38.html> >. Acesso em: 24 mai. 2024.

DALL'ONDER. Luiz Fernando. **Disputas em torno das questões de gênero e sexualidade**: um estudo sobre o processo de aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande – PME (2015 – 2024). 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS. 2020.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? SP: Alfa-Omega, 1975.

FERNANDES, Maria Dilneia Espíndola. O percurso político-legislativo do programa “Escola sem partido” em Campo Grande, MS. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, p. 217-235, 2017. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647432> >. Acesso em: 18 set. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FIORI, José Luiz. **O voo da coruja** – para reler o desenvolvimentismo brasileiro. São Paulo: Record, 2003.

GUIZZO, Bianca Salazar. Questões de gênero e sexualidade nas políticas educacionais no Brasil de 1981 a 2021. **Em Aberto**, Brasília, n. 35, v. 113, p. 23-41, jan./abr. 2022. Disponível em: < <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5259/4122> >. Acesso em: 20 out. 2025.

HARVEY, David. **Neoliberalismo, História e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MACHADO, André Roberto.; TOLEDO, Maria Rita Almeida de. (Orgs.). **Golpes na História e na Escola o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI**. São Paulo: Cortez Editora, ANPUH-SP, 2017.

MAZZA, Luigi.; PILAR, Vitória. **Revista Piauí**. Questões Educacionais. *Nem banheiro unissex, nem banheiro algum*. 18-10-2022. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/nem-banheiro-unissex-nem-banheiro-algum/> >. Acesso em: 24 mai. 2024.

MOURA, Fernanda Pereira de; SILVA, Renata da C. A. da. **6 anos de projetos Escola sem Partido no Brasil**: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordada, 2020.

OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil**: Análise do Governo Lula (2003-2010). 2010. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2010.

QUEIROZ, Felipe Campanuci; OLIVEIRA, Rafael Bastos Costa de. Liberdade para a democracia: considerações sobre a inconstitucionalidade da Escola sem Partido. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Educação democrática**: antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p. 72-86.

RAMOS, Raphaela. **O Globo Brasil**. Educação. Brasil foi o país que manteve escolas fechadas para alunos mais novos por mais tempo durante a pandemia em 2020, diz OCDE. Rio de Janeiro, 16-09-2021. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/brasil-foi-pais-que-manteve-escolas-fechadas-para-alunos-mais-novos-por-mais-tempo-durante-pandemia-em-2020-diz-ocde-25198658> >. Acesso em: 24 mai. 2024.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os homens**. Martins Fontes, 3a edição. São Paulo, 2005.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da.; REIS, Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna dos. Avanço conservador na educação brasileira: uma proposta de governo pautada em polêmicas (2018). **Cantareira**, n. 33, Jul./Dez. p. 62-78, 2020. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br> >. Acesso em: 24 jun. 2025.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de; Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago.2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/GqXmyVz6Ws4v9dqnfdbgXNC/abstract/?lang=pt> >. Acesso em: 10 mai. 2025.

VALOR ECONÔMICO. Nós temos é que desconstruir muita coisa, diz Bolsonaro. Rio de Janeiro, 18-03-2019. Disponível em: < <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.ghtml> >. Acesso em: 20 mai. 2024.

VILELA, Mateus Dias.; LIBARDI, Guilherme Barbacovi. Mamadeira erótica e kit gay: fake news e noções de masculinidade na cibercultura. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 25, p. 1-14, 2023. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8664568> >. Acesso em: 18 out. 2025.

XAVIER, Getulio. **Carta Capital**. Educação. Governadores bolsonaristas contrariam MEC e vão manter escolas cívico-militares. 13-07-2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/governadores-bolsonaristas-contrariam-mec-e-vao-manter-escolas-civico-militares/>. Acesso em: 03 mai. 2024.

*Recebido em Abril de 2025
Aprovado em Maio de 2025
Publicado em Outubro de 2025*
